

**RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO DO PARLAMENTO EUROPEU****DESTINADO AO COMISSÁRIO INDIGITADO****Janez LENARČIČ****Comissário indigitado para a Gestão de Crises****1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal**

**Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoal que considera particularmente relevantes para exercer as funções de comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? De que modo contribuirá para a apresentação da agenda estratégica da Comissão? Como tenciona aplicar na prática a integração da perspectiva de género e integrar esta última em todas as áreas políticas da sua pasta?**

**Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?**

Desde há mais de um quarto de século que tenho o privilégio de trabalhar na promoção dos valores europeus, da estabilidade, da paz e da democracia. Durante a maior parte deste tempo, trabalhei em estreita colaboração com as instituições da UE. Nos últimos três anos, fui Representante Permanente da República da Eslovénia junto da União Europeia. Anteriormente, ocupei o cargo de Secretário de Estado dos Assuntos Europeus em quatro governos diferentes. Nesse papel, chefei igualmente o Gabinete do Governo para os Assuntos Europeus e, durante a Presidência eslovena, em 2008, tive a oportunidade de coordenar o trabalho de todos os ministérios. Graças a esta experiência, tive o privilégio de representar o Conselho no Parlamento Europeu e guardo boas recordações das minhas trocas de pontos de vista com os Senhores Deputados durante os debates temáticos e o período de perguntas. Neste quadro, representei um interesse geral e não um interesse nacional particular e adquiri uma compreensão do valor de uma relação transparente e respeitadora entre as duas instituições.

Tenho também um longo historial de trabalho na área dos direitos humanos e da defesa da democracia e dos valores democráticos. Fui representante da Eslovénia junto da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE) e presidi ao seu Conselho Permanente em 2005, ajudando a colmatar as divergências Este-Oeste relativamente a muitas questões. Mais tarde, cumpri dois mandatos enquanto diretor do Gabinete das Instituições Democráticas e dos Direitos Humanos da OSCE, onde supervisionei o trabalho de mais de

150 homens e mulheres dedicados que prestavam apoio aos governos e à sociedade civil nos seus esforços de promoção da democracia, do Estado de direito, dos direitos humanos, da tolerância e da não discriminação, de Vancouver a Vladivostok. Nesta qualidade, colaborei regularmente com o Parlamento Europeu, nomeadamente no domínio da promoção de eleições democráticas em todo o mundo.

Por último, mas não menos importante, tive o privilégio de participar nos trabalhos da Convenção sobre o Futuro da Europa em 2002 e 2003, tendo trabalhado em conjunto com muitos homens e mulheres brilhantes para definir um rumo para o futuro da UE. Gostaria de dar o meu contributo para esta Comissão com a experiência que adquiri ao participar nos trabalhos da Convenção. Aguardo, assim, com expectativa a oportunidade de contribuir com esta experiência para os debates sobre a próxima conferência sobre o futuro da Europa.

Acredito que as minhas qualificações e experiência profissional me ajudarão a contribuir para o interesse geral europeu e a concretizar as prioridades da União juntamente com a presidente e o Colégio no seu conjunto.

### **Quais são as suas motivações?**

O facto de, no nosso mundo moderno, ligado e tecnologicamente avançado, cerca de 130 milhões de pessoas necessitarem de assistência humanitária é uma aberração. Em todo o mundo, incluindo aqui na Europa, milhões de vidas humanas e de meios de subsistência estão já ameaçados por catástrofes naturais, e esta situação só poderá piorar com a crise climática. O leque de desafios que enfrentamos exige, mais do que nunca, abordagens integradas que reúnam os recursos e os conhecimentos especializados de um grande número de diferentes comunidades políticas e partes interessadas. Congratulo-me com a oportunidade de participar nos esforços para continuar a desenvolver a resposta da UE a estes desafios, trabalhando em estreita colaboração com outros comissários. Daqui a cinco anos, quando olhar para trás, gostaria de ver que marcámos a diferença, que deixámos a sociedade, as comunidades e os indivíduos mais resilientes e com menos sofrimento; um ambiente natural mais saudável e mais resiliente; e europeus que acreditam no futuro.

### **De que modo contribuirá para a apresentação da agenda estratégica da Comissão?**

A ajuda humanitária é fundamental para a resposta da Europa às crises e às catástrofes: ajuda as vítimas, estabiliza as sociedades de acolhimento, demonstra a liderança europeia e dá origem a coligações baseadas nos valores europeus. Trabalharei com o alto-representante/vice-presidente e os outros comissários para o desenvolvimento de uma abordagem integrada, assegurando que a ajuda humanitária, o desenvolvimento, a segurança e outras políticas, como o clima e o ambiente, funcionem em sinergia. Tal é necessário para melhorar a ligação entre a ajuda de emergência e soluções a mais longo prazo para as crises – cada vez mais prolongadas e graves – e para garantir a eficácia e a eficiência da prestação da ajuda. É necessário assegurar uma assistência adaptada às necessidades dos diferentes beneficiários, incluindo as mulheres e crianças, que são particularmente vulneráveis em situações de crise.

Supervisionarei a ação coordenada na resposta e na gestão de crises. Em especial, tenciono reforçar o papel do Centro de Coordenação de Resposta de Emergência, enquanto plataforma operacional única, que gere a resposta rápida e eficaz da UE a um vasto leque de crises na Europa e em todo o mundo. Estudarei a forma de o Centro de Coordenação de Resposta de

Emergência estar ainda mais bem preparado para reagir de forma rápida e eficaz às ameaças novas e emergentes, incluindo emergências de grande impacto, com baixa probabilidade de ocorrência, com base nas capacidades especializadas.

Analisarei também a forma como a Europa pode prevenir e preparar-se melhor para situações de emergência. Tenciono trabalhar em estreita colaboração com os meus colegas responsáveis pelo ambiente, os oceanos, o clima e todas as pastas que incluam investimentos na Europa e no estrangeiro para assegurar a inversão da crise ambiental e climática e reforçar a resiliência do nosso ambiente natural e das nossas sociedades. Apoiarei os Estados-Membros no desenvolvimento de estratégias nacionais e locais para fazer face ao risco de catástrofes, se estas ainda não existirem, e na melhoria do acesso aos sistemas de alerta precoce.

Trabalharei com os Estados-Membros para garantir o número e o tipo adequado de ativos, a fim de tirar pleno partido do potencial do novo Mecanismo de Proteção Civil da UE.

Por conseguinte, tenciono contribuir para o conjunto de prioridades definidas pela presidente eleita e penso poder contribuir, em particular, para Uma Europa mais Forte no Mundo e para o Pacto Ecológico Europeu.

**Como tenciona aplicar na prática a integração da perspetiva de género e integrar esta última em todas as áreas políticas da sua pasta?**

Em conformidade com as disposições do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, estou empenhado em eliminar as desigualdades e em promover a igualdade entre homens e mulheres em todos os setores de atividades da minha competência. Seguirei o exemplo da presidente eleita von der Leyen, que colocou a igualdade de género no topo da sua agenda e se comprometeu a formar uma equipa totalmente equilibrada em termos de género, e tenciono aplicar o mesmo princípio quando formar o meu gabinete.

No meu trabalho, subscrevo plenamente a iniciativa No-Women-No-Panel, lançada em março de 2018. O meu ponto de partida serão os esforços já envidados pela União Europeia para dar resposta às necessidades das raparigas e das mulheres, tanto no domínio da ajuda humanitária como na resposta às situações de emergência, e procurarei intensificar ainda mais esses esforços.

**Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?**

Comprometo-me, a partir do momento em que for nomeado, a cumprir integralmente as obrigações decorrentes do Tratado em matéria de independência, transparência, imparcialidade e disponibilidade, conforme definidas no artigo 17.º, n.º 3, do Tratado da União Europeia e no artigo 245.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

Se for confirmado no meu cargo de comissário, respeitarei escrupulosamente, em especial, a obrigação de agir no interesse europeu e de não seguir quaisquer instruções de qualquer governo ou de qualquer outra entidade. Honrarei diligentemente o Código de Conduta dos Membros da Comissão Europeia e as suas disposições em matéria de conflitos de interesses.

A minha declaração de interesses está completa e acessível ao público, e procederei à sua rápida atualização caso ocorra alguma alteração.

## **2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu**

### **De que modo avaliaria o seu papel enquanto membro do Colégio de Comissários?**

Em primeiro lugar e acima de tudo, tenciono atuar como membro do Colégio plenamente empenhado. Acredito firmemente que a Comissão atua como um órgão colegial, no qual todos os membros podem contribuir e contribuirão para a obtenção de resultados de uma forma articulada e em que o diálogo e o debate conduzem a decisões positivas e transparentes no interesse dos cidadãos europeus.

Enquanto comissário responsável pela gestão de crises, considero que tenho um papel de líder nos trabalhos da Comissão em matéria de ajuda humanitária e de proteção civil, e também um papel de coordenador no que se refere à gestão de crises num sentido mais lato, trabalhando naturalmente em estreita colaboração com a presidente, o alto-representante/vice-presidente e outros comissários.

Haverá crises em que será necessário mobilizar diferentes instrumentos, tanto internos como externos, para dar uma resposta rápida e eficaz. O surto de ébola e as crises na Síria ou no Sael são apenas alguns exemplos que demonstram a importância desta ajuda. Para lhes dar uma resposta eficaz e salvar vidas, é necessário mobilizar rapidamente a ajuda humanitária. Paralelamente, temos de conceber e gerir eficazmente a ajuda ao desenvolvimento para ajudar a enfrentar os desafios a médio e longo prazo. Por último, mas não menos importante, precisamos também de trabalhar com os nossos parceiros internacionais para combater as causas profundas das crises. Enquanto Coordenador da Resposta de Emergência da UE, o meu papel é coordenar e supervisionar uma resposta europeia rápida e eficaz a uma crise imediata, utilizando todos os instrumentos disponíveis e trabalhando com o objetivo de conjugar todas as políticas e ações relevantes para fazer face às consequências das crises a médio e longo prazo e, antes de mais, preveni-las. Para o efeito, tenciono colaborar estreitamente com outros comissários aquando da resposta a uma crise, e trabalharei com todo o Colégio para chegar a uma visão conjunta sobre a forma de assegurar uma preparação eficaz para as catástrofes em geral, também no contexto dos nossos esforços individuais e coletivos para assegurar a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Considero particularmente importante trabalhar em estreita colaboração com os colegas responsáveis pela prevenção e adaptação às alterações climáticas e pelo ambiente e os oceanos.

Colaborarei estreitamente com o alto-representante/vice-presidente e com outros comissários responsáveis pelas relações externas, a fim de assegurar a complementaridade entre as nossas ações, garantindo que trabalhamos de forma conjunta, eficaz e eficiente para projetar uma UE forte na cena mundial. Conto igualmente com o seu apoio ao meu firme compromisso de respeitar os objetivos e princípios específicos da ajuda humanitária, nomeadamente a neutralidade, a imparcialidade e a independência em relação a objetivos políticos, económicos, militares ou outros. O meu objetivo será igualmente mobilizar, sempre que necessário e possível, o peso diplomático da UE para defender o respeito pelo direito

internacional humanitário, em especial a segurança dos trabalhadores humanitários e o acesso sem entraves da ajuda humanitária.

**Em que sentido se consideraria responsável e obrigado a prestar contas, perante o Parlamento, por ações suas ou dos seus serviços?**

A colaboração com o Parlamento Europeu reveste-se da máxima importância para mim. Vejo o meu trabalho como um diálogo contínuo com o Parlamento e, se for confirmado no meu cargo de comissário, estarei à vossa disposição para apresentar regularmente relatórios sobre as minhas atividades e as do meu serviço. Tenciono basear-se nos princípios orientadores da abertura, da confiança mútua, da eficiência e do intercâmbio regular de informações. Procurarei organizar reuniões de diálogo regulares com as comissões do Parlamento e em consonância com as orientações políticas da presidente eleita, Von der Leyen. Estarei disponível para participar em todas as outras reuniões pertinentes das comissões e nas discussões do trílogo. Velarei por que as comissões competentes estejam envolvidas em quaisquer desenvolvimentos importantes nas áreas da minha responsabilidade.

**Que compromissos específicos está disposto a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação e de tomada em consideração efetiva das posições e pedidos ao Parlamento em matéria de iniciativa legislativa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposto a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?**

Estou empenhado numa maior transparência do processo legislativo da UE e tenciono aplicar plenamente as disposições do Acordo-Quadro sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão, bem como o Acordo Interinstitucional «Legislar Melhor».

Comprometo-me igualmente a pautar as relações dos serviços sob a minha responsabilidade pelos princípios da lealdade, confiança, transparência, intercâmbio de informações e assistência mútua. Mais especificamente, procurarei assegurar um fluxo regular de informações com a presidência das comissões parlamentares competentes, comunicar diretamente com os membros das comissões e garantir a minha disponibilidade para reuniões bilaterais. Velarei também por que o Parlamento Europeu seja regularmente informado, sobretudo antes de eventos importantes e em fases críticas de negociações a nível internacional nos domínios da minha responsabilidade.

A presidente eleita von der Leyen apoia o direito de iniciativa do Parlamento Europeu. Comprometeu-se a que a Comissão dê seguimento às resoluções parlamentares aprovadas por maioria dos seus membros através de um ato legislativo, no pleno respeito dos princípios da proporcionalidade, da subsidiariedade e «legislar melhor». Subscrevo plenamente este objetivo. No âmbito do compromisso assumido pelo próximo Colégio no sentido de uma parceria aprofundada com o Parlamento Europeu, trabalharei em conjunto com o Parlamento em todas as fases do debate das resoluções ao abrigo do artigo 225.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE). Comprometo-me a trabalhar em estreita colaboração com as comissões parlamentares competentes e a estar ativo e presente durante a elaboração das resoluções ao abrigo do artigo 225.º do TFUE. Acredito firmemente que tal melhorará o diálogo, reforçará a confiança e o sentimento de trabalho conjunto para alcançar um objetivo comum.

Estou plenamente consciente de que a transmissão de informações e documentos é um aspeto essencial do aprofundamento da parceria entre o Parlamento Europeu e a Comissão. Comprometo-me, por conseguinte, a aplicar plenamente as disposições pertinentes do Acordo-Quadro entre as duas instituições e do Acordo Interinstitucional «Legislar Melhor». O Tratado de Lisboa estabelece a igualdade entre o Parlamento e o Conselho enquanto colegisladores, e assegurarei que esta seja respeitada em termos de partilha de informações nas áreas da minha responsabilidade, ou seja, ao mesmo tempo e em pé de igualdade com o Conselho, sempre que as competências destas instituições sejam iguais.

## Perguntas da Comissão do Desenvolvimento

### **1. Ajuda humanitária e gestão de crises**

**O contexto global tem vindo a provocar um aumento acelerado das necessidades humanitárias, em grande parte devido aos conflitos, mas também devido ao impacto das catástrofes naturais e à medida que as crises se tornam mais graves, mais complexas e mais prolongadas. Paralelamente, a evolução da ação externa da UE apela a uma maior complementaridade, coerência e consistência entre as políticas externas. A sua carta de missão requer que trabalhe com outros comissários para desenvolver uma abordagem integrada que garanta a interação entre todas as políticas no domínio humanitário, do desenvolvimento e da segurança, entre outros, com vista a melhorar a ligação entre a ajuda de emergência e as soluções a mais longo prazo.**

**Na sua opinião, quais são os principais desafios que a ajuda humanitária enfrentará nos próximos cinco anos e como irá, na qualidade de comissário, resolver estes problemas e assegurar que a ajuda humanitária da UE continue a ser um domínio político distinto, orientado por necessidades e pelos princípios humanitários da humanidade, neutralidade, imparcialidade e independência, e não seja impulsionado por objetivos de política externa?**

Há três grandes desafios que se destacam quando observo o cenário em que a ajuda humanitária e a gestão de crises irão funcionar nos próximos cinco anos.

**Em primeiro lugar, as catástrofes de origem humana são mais longas, mais complexas e afetam mais diretamente a UE.** As crises prolongadas tornaram-se a norma, tendo atualmente as crises humanitárias uma duração média de nove anos. Muitos conflitos têm repercussões regionais dramáticas, com efeitos de arrastamento no acesso à ajuda humanitária, na proteção das populações afetadas e na segurança dos trabalhadores humanitários, em violação flagrante do direito internacional humanitário. As crises humanitárias também ocorrem mais frequentemente nos países vizinhos da UE, por exemplo na Ucrânia ou na Líbia, o que tem um impacto direto na UE, como as deslocações forçadas e a migração irregular da Síria, do Afeganistão ou do Iraque. Por conseguinte, o número de pessoas que necessitam de assistência humanitária aumenta de forma contínua. O financiamento necessário para cobrir estas necessidades está estimado em cerca de 20 mil milhões de EUR por ano. Uma vez que a UE é um dos principais doadores de ajuda humanitária e um dos principais responsáveis pela resposta a emergências, os desafios consistirão em fazer mais para mais pessoas e em utilizar os recursos disponíveis de forma mais eficiente.

**Em segundo lugar, devido às alterações climáticas, as catástrofes naturais estão a aumentar de intensidade e alcance.** O furacão Dorian, as secas no Corno de África ou as inundações no Irão são alguns exemplos de tais catástrofes. O custo humano das catástrofes naturais na última década é avaliado em 67 000 mortes por ano, a que se juntam cerca de 70 milhões de feridos, desalojados ou pessoas que necessitam de ajuda de emergência. A Europa não é poupada. Desde 2010, as catástrofes naturais causaram, em média, mais de 13 mil milhões de EUR anuais de danos, só na Europa. O facto de os países da Europa do Norte terem assistido, em dois anos consecutivos, a condições de seca persistentes que conduziram a incêndios florestais violentos é um sinal claro de que as alterações climáticas estão a transformar os padrões de risco a um ritmo acelerado. São assim reforçados os argumentos a favor do Pacto Ecológico Europeu, que contribuirá para atenuar as alterações climáticas tanto na Europa como no resto do mundo, mas também para que as sociedades sejam mais resilientes e capazes de se adaptarem aos impactos inevitáveis das alterações climáticas.

**Em terceiro lugar, o número de pessoas forçadas a abandonar as suas casas é o mais elevado desde a Segunda Guerra Mundial.** Atualmente, há mais de 70 milhões de pessoas deslocadas à força. Trinta e uma pessoas são deslocadas a cada minuto. Embora os conflitos continuem a ser a principal razão para as deslocações, as alterações climáticas obrigam cada vez mais as pessoas a abandonar as suas casas devido à diminuição dos recursos naturais, a meios de subsistência limitados e a uma insegurança alimentar agravada.

Se não forem tomadas medidas até 2050, haverá mais de 140 milhões de pessoas deslocadas internamente na África Subsariana, no Sul da Ásia e na América Latina. Embora 85 % de todas as pessoas deslocadas sejam acolhidas em países em desenvolvimento, alguns dos refugiados e migrantes entram na UE para escapar à perseguição, às condições difíceis nos países de asilo ou procurar oportunidades económicas e uma vida melhor.

Neste contexto, no meu trabalho de comissário encarregado da gestão de crises, responsável, nomeadamente, pela ajuda humanitária, perseguirei três objetivos fundamentais:

**Em primeiro lugar, uma vez que a ajuda humanitária não pode e não deve substituir uma solução política para um conflito, trabalharei em estreita colaboração com os meus homólogos responsáveis pela política externa, desenvolvimento, vizinhança e segurança para garantir que todos os aspetos das crises sejam abordados de forma coerente e concertada.** Tal como indicado na carta da missão da presidente eleita, promoverei uma abordagem integrada, assegurando a sinergia das políticas nos domínios humanitário, do desenvolvimento, da segurança e outros para melhorar a ligação entre a ajuda humanitária e as soluções a mais longo prazo, respeitando simultaneamente os princípios da ajuda humanitária.

Ao mesmo tempo, e em estreita cooperação com o alto representante/vice-presidente e com os comissários das relações externas, tenciono acelerar de modo proativo o nosso trabalho sobre a criação de um laço efetivo e eficiente no terreno entre a ajuda humanitária, o desenvolvimento e a segurança, envolvendo todas as partes interessadas. Neste contexto, prestarei especial atenção à necessidade de adaptação às alterações climáticas, ao reforço da resiliência e da preparação das comunidades vulneráveis e ao aumento das nossas capacidades de alerta precoce.

**Em segundo lugar, defenderei firmemente que a ajuda humanitária da UE seja prestada em conformidade com o direito internacional humanitário e os princípios humanitários.** A experiência da Comissão mostra claramente que o respeito do direito internacional humanitário e dos princípios humanitários é uma necessidade operacional que contribui para dar acesso à assistência, proteger os mais vulneráveis e garantir a segurança dos trabalhadores humanitários. Isto não é negociável: trata-se do nosso dever para com os trabalhadores humanitários, que arriscam a vida diariamente para prestar assistência às pessoas necessitadas. Neste contexto, manifestar-me-ei quando se verificarem violações graves do direito internacional humanitário. Apoiarei as organizações que promovem o direito humanitário internacional entre os beligerantes no terreno e contribuem para a difusão dos seus princípios junto das forças armadas nacionais e dos grupos armados não estatais. Trabalharei também com os meus colegas do Colégio para integrar, tanto quanto possível, o direito internacional humanitário nos nossos instrumentos de financiamento externo para além da ajuda humanitária, como o reforço das capacidades de segurança e desenvolvimento no âmbito da nossa política de desenvolvimento, ou do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz proposto. Facilitarei também os trabalhos sobre os ensinamentos retirados e as melhores práticas, de modo a podermos melhorar, com base no que funciona melhor no terreno. Defenderei a proteção e a segurança dos trabalhadores humanitários de forma permanente a nível mundial – nas instâncias multilaterais e nos contactos bilaterais.

**Em terceiro lugar, procurarei assegurar o reforço dos nossos esforços em matéria de resposta de emergência e de ajuda humanitária.** Tal é indispensável para que a Europa continue a desempenhar um papel importante na ajuda às pessoas necessitadas. Gostaria de trabalhar em estreita colaboração com o Parlamento Europeu neste domínio, não só devido às suas competências no domínio orçamental da UE, mas também porque os cidadãos da Europa – que representam – têm o direito de ver o impacto tangível que a ajuda humanitária tem no terreno – algo que quase 90 % dos cidadãos da UE apoiam firmemente. É nosso dever para com os nossos cidadãos, bem como para com as pessoas que apoiamos no contexto das crises humanitárias, demonstrar que cada euro proveniente do orçamento da UE para esse fim é gasto da forma mais eficiente e eficaz possível.

## **2. Proteção de civis/Direito internacional humanitário**

**A sua carta de missão sublinha claramente que a Europa tem de ser um forte defensor do direito internacional humanitário (DIH) à escala mundial. É evidente que tanto o acesso às populações vulneráveis como a segurança dos trabalhadores humanitários são essenciais para a prestação efetiva da ajuda humanitária. As violações do DIH e os ataques deliberados a civis e a bens civis são, hoje em dia, características marcantes dos conflitos e das crises e estão a banalizar-se.**

**Neste contexto de crises complexas, que medidas concretas tenciona adotar para garantir que os Estados e os intervenientes armados não estatais respeitem o DIH e assegurem a proteção dos civis, nomeadamente dos grupos vulneráveis, como as raparigas e as mulheres, e continuem a insistir na importância de garantir o acesso seguro dos trabalhadores humanitários a pessoas afetadas por crises?**

Promover o respeito pelo direito internacional humanitário, proteger os grupos vulneráveis – nomeadamente as raparigas e as mulheres – e garantir o acesso da ajuda humanitária é mais crucial do que nunca no contexto dos conflitos a que hoje assistimos. Trata-se de um domínio em que trabalharei em estreita colaboração com o alto representante/vice-presidente.

Enquanto comissário responsável pela Gestão de Crises, tenciono centrar-se no seguinte:

Em primeiro lugar, manifestar-me-ei de forma coerente e firme sempre que o direito internacional humanitário for violado. Ao defendê-lo, tenciono colaborar com todas as partes que possam ter uma influência direta no conflito. Defenderei também a proteção e a segurança dos trabalhadores humanitários e dos profissionais de saúde através de ações contínuas de promoção, a nível mundial, do direito internacional humanitário junto das Nações Unidas e outras instâncias internacionais, bem como através de diálogos bilaterais com os principais países terceiros e os Estados-Membros.

Em segundo lugar, através do nosso financiamento da ajuda humanitária, continuarei a apoiar as organizações que estão em condições de trabalhar diretamente com os intervenientes armados no terreno para sensibilizar e promover a adesão ao direito humanitário internacional, bem como a apoiar o seu trabalho de prevenção da violência sexual e baseada no género, quer se trate de forças armadas nacionais ou de grupos armados não estatais.

Em terceiro lugar, trabalharei em estreita colaboração com o alto representante/vice-presidente, incentivando e apoiando a inclusão coerente do direito internacional humanitário e de formações sobre questões de género no trabalho de todas as missões e operações pertinentes no âmbito da política comum de segurança e defesa. De igual modo, promoverei o direito internacional humanitário e a prevenção da violência sexual e baseada no género através do apoio mais amplo que a UE presta aos setores da segurança de vários países afetados por conflitos ou sujeitos a conflitos, nomeadamente através do Instrumento para a Estabilidade e a Paz, do Mecanismo de Apoio à Paz em África e do futuro Mecanismo Europeu de Apoio à Paz.

Gostaria de tornar a promoção do direito internacional humanitário uma questão regular e central nos contactos com os Estados-Membros e os países terceiros, incluindo o destaque para as violações graves quando estas ocorrem. Tenciono informar regularmente o Parlamento Europeu sobre este compromisso.

### **3. Implementação do «Grande Pacto» e dos compromissos assumidos na Cimeira Humanitária Mundial**

**Em 2016, no âmbito da primeira Cimeira Humanitária Mundial (WHS), a UE e os Estados-Membros assumiram importantes compromissos no sentido de reduzir as necessidades e de reformular o sistema de ajuda humanitária. Ademais, a Comissão Europeia – juntamente com alguns dos mais importantes países doadores, organizações humanitárias e organizações não governamentais (ONG) – também assinou um «Grande Pacto», que define 51 compromissos distintos para melhorar a eficiência e a eficácia da ajuda humanitária internacional.**

**Enquanto comissário, como tenciona assegurar que a UE e os seus Estados-Membros cumpram os compromissos assumidos na CHM e que a Comissão cumpra os seus compromissos assumidos no «Grande Pacto» (incluindo, nomeadamente, o apoio ao planeamento e financiamento plurianuais da ajuda humanitária, a simplificação do financiamento humanitário ou o apoio aos responsáveis locais e nacionais)?**

Enquanto comissário responsável pela gestão de crises, velarei por que a CHM e os compromissos assumidos no âmbito do «Grande Pacto» continuem a ser executados, com especial destaque para os seguintes domínios fundamentais:

Em primeiro lugar, basear-me-ei nos progressos já realizados no sentido de uma maior eficiência e eficácia da ajuda. Tal significa assegurar a aplicação sistemática de abordagens inovadoras na prestação da ajuda humanitária, nomeadamente através de novos aumentos das transferências de numerário, de melhores estratégias logísticas e de uma maior utilização de soluções digitais. Significa também um aprofundamento da relação entre ajuda humanitária e desenvolvimento, bem como a implantação dos instrumentos disponíveis para efetuar avaliações e análises eficazes e coordenadas das necessidades, para cujo desenvolvimento a UE desempenhou um papel importante no âmbito do «Grande Pacto».

Em segundo lugar, darei o exemplo de uma ajuda humanitária eficiente ao avançar para um apoio plurianual mais estratégico destinado às organizações de ajuda humanitária. A este respeito, para pôr em prática os principais compromissos assumidos no quadro do «Grande Pacto», promoverei a criação de novas parcerias-piloto com vários parceiros humanitários, assegurando, ao mesmo tempo, elevados padrões de controlo e de garantia quanto à utilização dos fundos da UE. Além disso, velarei por que a próxima revisão periódica importante do Acordo-Quadro de Parceria com as ONG humanitárias se centre mais no desempenho operacional, o que terá um impacto positivo na eficiência e na eficácia, em conformidade com os compromissos do «Grande Pacto».

Em terceiro lugar, ajudarei ao apoiar os intervenientes locais e nacionais, por exemplo, defendendo estratégias nacionais e locais de redução dos riscos de catástrofes, bem como sistemas locais de ação rápida, promovendo a inclusão das organizações locais nos mecanismos de coordenação nacionais e apoiando os intervenientes locais enquanto organizações de execução dos parceiros humanitários da UE.

Por último, sempre que possível, reforçarei o recurso à programação baseada no conhecimento dos riscos e ao financiamento baseado nas previsões para dar prioridade à preparação com base em dados concretos e à ação rápida. A este respeito, basear-me-ei nos progressos significativos realizados no sentido da inclusão das atividades de preparação para catástrofes nos projetos humanitários financiados pela UE.

Para maximizar o montante do financiamento que chega diretamente às pessoas necessitadas, promoverei posições comuns com os Estados-Membros e outros doadores sobre questões estratégicas e de eficiência importantes, tais como a redução dos custos administrativos e de apoio, a racionalização dos mandatos e o reforço das sinergias entre as organizações de ajuda.

#### **4. Resiliência, alterações climáticas e redução do risco de catástrofes**

**As alterações climáticas são um dos principais desafios globais da humanidade no século XXI, na medida em que ameaçam exceder a capacidade atual do sistema humanitário para responder eficazmente ao aumento das ameaças, das vulnerabilidades e dos custos da resposta. Neste contexto, é da maior importância adaptar e intensificar**

**os esforços locais de redução dos riscos de catástrofes (RRC) para uma melhor integração dos riscos – incluindo os relacionados com o clima – nas ações humanitárias, de recuperação e de desenvolvimento.**

**Na qualidade de comissário, que medidas tenciona tomar para colmatar o hiato entre a ajuda humanitária e os instrumentos e intervenientes da UE em matéria de ajuda humanitária, a fim de reforçar a resiliência local – nomeadamente no que se refere às alterações climáticas – e apoiar mecanismos baseados na comunidade que integrem a RRC e a preparação para situações de emergência, a fim de promover políticas assentes no conhecimento dos riscos e garantir a utilização eficaz da assistência da UE?**

Não se pode negar que as alterações climáticas conduziram a um aumento da intensidade e da complexidade das catástrofes naturais. Os dados científicos confirmam que, mesmo que se consiga limitar o aquecimento global a 1,5-2 graus, serão sentidos impactos significativos em todo o mundo.

Os riscos naturais são frequentemente previsíveis e recorrentes. Com base nas suas políticas em matéria de desenvolvimento, alterações climáticas e ambiente, a UE deverá assegurar que estes riscos não se transformam em catástrofes, dando maior destaque à prevenção, preparação e adaptação às alterações climáticas. O investimento nestes domínios não só permite salvar vidas, como também compensa do ponto de vista económico: um euro gasto na prevenção permite poupar três a sete euros que seriam necessários para operações de resposta.

Ao mesmo tempo, devemos estar preparados para fenómenos meteorológicos mais extremos (como ciclones tropicais, inundações e secas), assim como para um aumento das doenças transmitidas por vetores, como a malária ou a febre de dengue. Estes elementos, por sua vez, são suscetíveis de agravar os desafios humanitários que se colocam em vários países e regiões em todo o mundo: o Sael, o Corno de África e o Afeganistão, para citar apenas alguns. Em especial, é provável que surjam problemas decorrentes de uma maior insegurança alimentar, da escassez de água e da mudança dos padrões de precipitação, bem como de catástrofes que se sucedem rapidamente e/ou que afetam zonas que não eram anteriormente propensas a tais eventos (por exemplo, os ciclones Idai e Kenneth, em Moçambique). O sistema humanitário, por si só, não pode responder às necessidades decorrentes de tais desafios. É evidente que a ajuda humanitária não pode substituir as soluções políticas e de desenvolvimento a longo prazo de que as pessoas em situações de crise necessitam desesperadamente. Por conseguinte, o reforço da resiliência implica a utilização de todos os instrumentos existentes de uma forma mais complementar, em consonância com a abordagem integrada prevista na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

No seu território, a União Europeia já adquiriu uma experiência valiosa na combinação das suas políticas em matéria de prevenção de catástrofes e de gestão de riscos. O clima, o ambiente, a coesão e o desenvolvimento regional, a agricultura e o desenvolvimento rural, a investigação e as políticas de inovação têm de conjugar esforços para garantir que a prevenção e a preparação fazem parte da nossa estratégia mais ampla de adaptação às alterações climáticas e atenuação das mesmas. Comprometo-me a trabalhar em estreita colaboração com os meus colegas comissários responsáveis por estas políticas, a fim de identificar abordagens integradas e coordenar os instrumentos disponíveis para as apoiar. Tal inclui o apoio a soluções eficazes em termos de custos para reduzir o risco de catástrofes e reforçar a resiliência, como a proteção contra inundações e a proteção das zonas costeiras, a gestão da água e a segurança alimentar no âmbito do Pacto Ecológico Europeu. Desenvolverei ainda uma rede de conhecimentos em matéria de gestão de emergências para

melhorar as atividades da UE durante todas as fases do ciclo de gestão de catástrofes (prevenção, preparação e resposta), partilhar conhecimentos, estimular a investigação e a inovação e estabelecer uma cultura comum de prevenção e preparação para catástrofes. Por último, através de políticas baseadas em dados concretos, podemos fazer ainda mais para aumentar o investimento sustentável e prestar apoio prático aos parceiros, a fim de alcançar um nível ótimo de prevenção e preparação.

No contexto humanitário, é essencial aumentar a resiliência das comunidades vulneráveis e a sua preparação face aos choques e tensões. A fim de alcançar os objetivos mencionados pelo Parlamento Europeu, a UE terá de aplicar sistematicamente a abordagem de interligação entre ajuda humanitária e desenvolvimento, lançada em 2017 e reforçada em 2018. Promoverei ações específicas de um contexto, que se baseiem em análises informadas dos riscos, das causas subjacentes e dos fatores de resiliência, e sejam avaliadas conjuntamente pelos intervenientes humanitários e do desenvolvimento.

Em conjunto com a comissária responsável pelas Parcerias Internacionais, procurarei também maximizar as complementaridades e as sinergias dos instrumentos humanitários e de desenvolvimento existentes, para que possam contribuir melhor para pôr termo às crises, reforçando a resiliência local, apoiando mecanismos baseados nas comunidades e promovendo o desenvolvimento. Neste contexto, farei tudo o que estiver ao meu alcance para integrar a resiliência em todas as nossas ações, e tenciono reforçar a cooperação da UE com os parceiros multilaterais e bilaterais neste domínio. É evidente que uma divisão clara das tarefas garante o respeito do mandato e das sensibilidades tanto da ajuda humanitária como da cooperação para o desenvolvimento.

## **5. Consenso europeu em matéria de ajuda humanitária**

**A relevância do Consenso europeu em matéria de ajuda humanitária de 2007 (acordado entre Comissão, Parlamento e Conselho) foi confirmada pelo seu antecessor por ocasião do 10.º aniversário do Consenso.**

**Poderá revalidar o Consenso enquanto documento de orientação no domínio da ajuda humanitária da UE, indicar quais as medidas concretas que tenciona tomar para garantir a sua aplicação efetiva pela UE e pelos seus Estados-Membros e explicar qual o papel que prevê para o Parlamento no acompanhamento desta aplicação?**

Confirmando que o Consenso europeu em matéria de ajuda humanitária continua a ser o quadro orientador da ajuda humanitária da UE. Ao longo da última década, consolidou os compromissos assumidos pelas instituições da UE e os Estados-Membros de dar uma resposta europeia baseada em princípios às crises humanitárias. Serviu de documento de referência e foi, desde então, refletido nos atos jurídicos e políticos relevantes adotados a nível da UE. A aplicação do Consenso resultou numa melhoria da qualidade da ajuda humanitária da UE, numa maior coordenação entre a UE e os seus Estados-Membros e numa maior coerência entre os esforços humanitários e de desenvolvimento. Procurarei, pois, fazer com que a validade do Consenso europeu em matéria de ajuda humanitária seja novamente confirmada a nível político e no contexto dos atuais desafios humanitários.

Para além do apoio político, é importante que todas as partes no Consenso continuem empenhadas em assegurar que este se traduz em ações concretas no terreno, beneficiando as pessoas necessitadas. Defenderei a aplicação do Consenso através de ações concretas que garantam que: em primeiro lugar, a UE **obtem melhores resultados**, concentrando-se numa

série de prioridades políticas, como as deslocções forçadas, o direito internacional humanitário ou o impacto das alterações climáticas; em segundo lugar, a **UE age em conjunto** através de abordagens integradas e interligadas, bem como de uma maior coordenação com os Estados-Membros; em terceiro lugar, a **UE obtém mais resultados** através do orçamento da ajuda humanitária da UE, de outros instrumentos da UE (como a componente de resiliência do Instrumento de Vizinhança e Cooperação para o Desenvolvimento) e de uma coordenação mais estreita do financiamento e da divisão das tarefas com os Estados-Membros. Todos estes aspetos deverão maximizar o impacto coletivo da UE no terreno e beneficiar as pessoas necessitadas.

O Parlamento Europeu tem desempenhado um papel importante ao salientar a importância do Consenso e ao defender a sua aplicação efetiva. Proporei ao Parlamento Europeu a apresentação de atualizações anuais sobre a aplicação do Consenso durante um diálogo estruturado sobre esta matéria.